



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS BATURITÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Baturité – Ceará Junho

Junho/2025

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretária-Executiva
Izolda Cela

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica
Patrícia Barcelos

Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
Profissional e Tecnológica
Marcilene Garcia de Souza

Equipe Técnica da CGPA
Flávia Helena Saraiva Xerez
Luciano Barbosa Chagas
Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(Capes)
Denise Pires de Carvalho

Diretora de Educação a Distância
Suzana dos Santos Gomes

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD
Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD
Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC

Simone Medeiros

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância

Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof.^a Dra. Heloisa Candia Holtnagel (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Escolar na Modalidade a Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

Reitor

José Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitor de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitor Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão

Ana Claudia Uchoa Araujo

Diretor do Centro de Referência em Educação a Distância

Igor de Moraes Paim

Comissão de atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Escolar na Modalidade a distância do IFCE

Andrea Maria Rocha Rodrigues

Annalies Barbosa Borges

Enilce Lima Cavalcante de Souza

Flavio Muniz Chaves

Francisca Lucelia Souto da Silva

Gilson de Sousa Oliveira

Glaucilene Lima Maia Pinheiro

Harine Matos Maciel

Josefranci Moraes de Farias Fonteles

Lais Silva Rodrigues

Lourival Soares de Aquino Filho

Luzileide Muniz Silva

Marco Antonio Venancio

Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite

Maria Djany de Carvalho Araujo

Maria Naires Alves de Souza

Marly dos Santos Alves

Suyane da Silva Castro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. Dados de identificação do curso.....	8
1.1 Identificação do Curso	8
2. Introdução.....	9
3. Justificativa	11
4. Universidade Aberta do Brasil: objetivos.....	13
5. Diretoria de educação a distância da Capes.....	14
6. Caracterização Regional.....	15
7. Integração e articulação da educação a distância da IPES ao sistema universidade aberta do Brasil	17
8. Aspectos Institucionais.....	18
8.1 Missão, princípios e valores	20
9. Concepção do curso de especialização em gestão escolar	21
9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso.....	24
9.2 Concepção pedagógica do curso	24
9.2.1 Objetivo geral.....	24
9.2.2 Objetivos específicos.....	25
9.3 Organização curricular	25
9.3.1 Módulo I	25
9.3.1 Módulo II	26
9.3.3 Módulo III	27
10. Estrutura administrativo-pedagógica	44
10.1 Equipe Multidisciplinar	44
10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar	44
10.3 Docentes que participaram da gestão do curso.....	45
11 Infraestrutura e processos de gestão acadêmico-administrativo	45
11.1 Sistema de tutoria	45
11.2 Encontros presenciais	47
12. Diretrizes de avaliação.....	48
12.1 Avaliação institucional	49
12.1 Avaliação dos subsistemas de EAD	50
12.3 Avaliação da Aprendizagem.....	51
13. Processos de comunicação-interação entre os participantes	52
Anexo: Planos de Unidade Didática	42

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especialização em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

Diante disso, este documento apresenta o projeto pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *Campus Baturité*.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Baturité		
CNPJ Nº 10.744.098/0014-60		
Endereço: Av. Ouvidor Vitório Soares Barbosa, 160 – Sanharão, 62760-000		
Cidade: Baturité	UF: CE	Fone: (85) 3347-9152
Página Institucional na internet: https://ifce.edu.br/baturite		
Email institucional: andrea.rodriques@ifce.edu.br		

1.1 Identificação do curso

Nome do Curso	Especialização em Gestão Escolar.				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.09.04.00-6 - Políticas Públicas				
Proponente	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - campus Baturité e-mail: gabinete.baturite@ifce.edu.br Código da IES no INEP: 23236400 Representante legal: Glaucilene Lima Maia Pinheiro				
Carga Horária Total	420h	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	180
Carga horária presencial	84h				
Carga horária a distancia	336h				
Modalidade	Educação a distância				
Periodicidade da oferta	Única				
Título a ser conferido	Especialista em Gestão Escolar				
Forma de ingresso	Via edital público.				
Sistema de organização	Modular. Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em unidades temáticas.				
Sistema de créditos	1 crédito = 20 horas				

Instituição proponente do Edital	CAPES/UAB/ EDITAL Nº 25/2023
Polos	Horizonte, Óros, Caucaia (Novo Pabussu), Iguatu e Baturité.
Público-alvo	Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado, prioritariamente, diretores escolares em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais. Havendo vagas remanescentes, poderão ser contemplados também coordenadores pedagógicos em exercício nas mesmas escolas, além de técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação que atuem na área de formação para diretores escolares e professores.
Previsão para Início das atividades	Agosto/2025

2. INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles os dispositivos da Universidade Aberta do Brasil.

A proposta de criação do Curso de Especialização em Gestão Escolar está em conformidade com as orientações políticas e a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu no Brasil, especialmente aqueles voltados para a formação de gestores escolares. Os principais dispositivos legais que fundamentam esta proposta incluem:

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os parâmetros para a formação de profissionais da educação e gestores escolares.
- **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016** - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, destacando a importância da qualificação continuada dos gestores escolares para a melhoria da qualidade da educação.
- **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006** - Institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para a expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior, incluindo a formação de gestores educacionais por meio da educação a distância.
- **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017** - Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394/1996, estabelecendo diretrizes para a oferta de cursos à distância, modalidade na qual o curso de Gestão Escolar será oferecido.
- **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017** - Regula o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, aplicando-se aos cursos de especialização oferecidos no sistema federal de ensino.

- **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018** - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, incluindo os cursos de especialização, que orientam a estruturação do Curso de Especialização em Gestão Escolar.
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018** - Altera as diretrizes para a oferta de cursos de especialização, reforçando a necessidade de alinhamento com as normas federais.
- **Resolução nº 77, de 13 de dezembro de 2022** - Dispõe sobre a composição e organização dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância do IFCE, que suportam a implementação do curso na modalidade a distância.
- **Resolução nº 116, de 26 de novembro de 2018** - Aprova o regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do IFCE, garantindo que o curso de Gestão Escolar esteja em conformidade com as regras institucionais.
- **PORTARIA 542, de 17 de abril de 2017** - Credencia o IFCE para a oferta de cursos na modalidade a distância, legitimando a implementação do Curso de Especialização em Gestão Escolar EAD.

A presente proposta de criação do Curso de Especialização em Gestão Escolar também está respaldada pela **Instrução Normativa PRPI/IFCE Nº 23, de 03 de abril de 2024**, que estabelece critérios complementares ao Regulamento de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu do IFCE para a oferta de cursos de especialização na modalidade a distância e presencial com oferta de carga horária a distância. Esta instrução normativa orienta sobre a estruturação dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEaD), o planejamento pedagógico, e a organização curricular para garantir a qualidade na formação dos gestores educacionais.

Esses dispositivos legais garantem que a proposta do curso atenda aos requisitos necessários para a formação qualificada de gestores escolares, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades gerenciais dos profissionais que atuam na administração educacional, em consonância com as políticas educacionais vigentes no Brasil.

3. JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação

- básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
 - IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

O IFCE - campus Baturité está localizado na Av. Ouvidor Vitório Soares Barbosa, 160 no Bairro Sanharão, município de Baturité, Estado do Ceará, a uma distância de cerca de 106,7 km da capital cearense. Tem infraestrutura dotada de salas de aula, Ambulatório ou Enfermaria, laboratórios de informática, auditório, espaço de convivência, biblioteca e área para práticas desportivas.

O IFCE Campus Baturité tem buscado em seu fazer uma adequação coerente das ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais. Atualmente possui os cursos de Técnico Subsequente em Administração, Técnico Subsequente em Eventos à Distância, Técnico Subsequente em Informática para Internet, Curso Técnico integrado ao Médio; Licenciatura em Letras Português – Inglês, Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Hotelaria, Especialização em Ciência de Alimentos.

Os cursos presenciais em seus diferentes níveis e eixos buscam atender as demandas da comunidade local e ser uma opção de ensino público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada para a população da região e circunvizinhança, proporcionando oportunidades educacionais e, por consequência, a melhoria das condições sociais e econômicas de sua população.

Com o objetivo de ampliar a oferta de cursos na modalidade a distância, no primeiro semestre de 2023, tivemos a primeira turma do curso Técnico Subsequente em Informática para internet, em parceria com o Ministério do Exército, com oferta de 30 vagas.

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) Campus Baturité iniciou sua trajetória em 2007, por meio da Lei nº 1.328/07, sancionada pelo então prefeito Fernando Limas Lopes e pelo diretor do CEFET-CE, Claudio Ricardo Gomes de Lima. A criação do campus se deu com a doação de um terreno de 40.000 m² pela prefeitura, localizado na comunidade de Saranhão, destinado à construção de uma unidade de extensão voltada à capacitação tecnológica e oferta de cursos para a população.

Em 2009, foi realizada uma audiência pública para identificar a demanda por cursos adequados à realidade do Maciço de Baturité. A sociedade local contribuiu para o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, sugerindo 17 cursos voltados principalmente para as áreas de hotelaria e lazer, considerando as potencialidades turísticas da região. Essa ação foi um passo importante na interiorização da educação

profissional ofertada pelo IFCE, com o campus avançado de Baturité vinculado administrativamente ao campus de Canindé.

O campus de Baturité foi inaugurado oficialmente em 1º de fevereiro de 2010, com uma estrutura inicial composta por salas administrativas, laboratórios, auditório para 120 pessoas, biblioteca, ginásio coberto e espaço para futuras expansões. As atividades de ensino começaram em agosto do mesmo ano, com os cursos técnicos em Hospedagem e tecnologia em Gastronomia, buscando incluir outros cursos na área de hospitalidade e lazer nos anos seguintes. A unidade foi criada para atender os 13 municípios da região, contribuindo com o desenvolvimento regional através de cursos técnicos e tecnológicos.

Hoje, o Campus de Baturité possui salas de aula em boas condições, laboratório de informática, biblioteca, espaço de convivência para atendimento ao aluno de forma a possibilitar instalações que sejam convenientes ao aprendizado discente e busquem dar acessibilidade aos que necessitam. A instituição vem continuamente trabalhando para respeitar o disposto no Decreto Nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, a fim de promover a acessibilidade de pessoas que possuem deficiência ou mobilidade reduzida.

A missão do IFCE Campus Baturité é produzir, disseminar e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos, participando integralmente da formação do cidadão e promovendo sua inserção social, política, cultural e ética. A visão da instituição é tornar-se um padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Ciência e Tecnologia. Entre seus valores, destacam-se o compromisso ético com responsabilidade social, respeito, transparência, excelência e determinação, em sintonia com princípios de cidadania, inovação e sustentabilidade ambiental.

As finalidades do campus, conforme estabelecidas pela Lei nº 11.892/2008, incluem a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando cidadãos para atuarem nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. O IFCE Baturité busca integrar a educação básica à profissional e superior, fortalecer arranjos produtivos locais, desenvolver a pesquisa aplicada e a produção cultural, promover a inovação tecnológica, e estimular ações voltadas para a preservação do meio ambiente. Além disso, o campus se qualifica como um centro de referência no ensino de ciências e no apoio à capacitação de docentes das redes públicas de ensino.

Com essas diretrizes, o IFCE Campus Baturité consolida-se como um importante polo de educação tecnológica e desenvolvimento para a região do Maciço de Baturité, refletindo seu compromisso com a formação profissional e o crescimento sustentável.

7 INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA IPES AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso se dará no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a PNAP, considerando a média de 50 estudantes por polo e com o compromisso de interiorizar a oferta do curso e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017 da Capes/UAB.

Considerando a oferta deste curso para 180 estudantes, o IFCE contará com em cinco polos UAB a saber: Óros, Horizonte, Caucaia – Novo Pabussu, Iguatu e Baturité, contendo a infraestrutura tecnológica necessária em termos de computadores, conexão à internet em banda larga e outros recursos didáticos, como data-show, equipamentos para videoconferências e para transmissão de aulas síncronas.

O objetivo é oferecer o curso em cidades onde ele ainda não esteja disponível, atuando de maneira itinerante em regiões que carecem de qualificação na área. É importante destacar que os espaços disponíveis no polo UAB devem assegurar o pleno desenvolvimento das atividades programadas, sendo utilizados de forma compartilhada por todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam no local. Um polo UAB conta com uma infraestrutura tecnológica que inclui:

- ▮ Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
- ▮ Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;

Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

8 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A Rede Federal de Ensino tem suas origens na história centenária do Brasil, remontando ao início do século XX, durante o governo do presidente Nilo Peçanha. Inicialmente criada como uma ferramenta política voltada para as classes menos favorecidas, essa rede se desenvolveu ao longo dos anos, consolidando-se como um conjunto de instituições federais de educação profissional e tecnológica. Regulamentada pela Lei 11.892/2008 e vinculada ao Ministério da Educação, a Rede Federal possui autonomia em suas esferas administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

Os Institutos Federais atuais se destacam como instituições que oferecem educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, com o objetivo de formar e qualificar cidadãos para atuarem de forma relevante em diferentes setores. Eles focam no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Reconhecidos como centros de excelência, esses institutos proporcionam desde cursos técnicos de nível médio até programas de pós-graduação, promovendo também atividades de extensão, divulgação científica e tecnológica, além de incentivar a pesquisa aplicada e a produção cultural.

No Ceará, a instituição possui uma trajetória de 108 anos dedicada à qualificação profissional, técnica e tecnológica, iniciada em 1909 com a criação da Escola de Aprendizes Artífices. Ao longo de sua história, passou por diversas mudanças de nome, sendo conhecida como Liceu Industrial do Ceará em 1941, Escola Técnica Federal do Ceará em 1968, Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará em 1994, até se tornar o Instituto Federal do Ceará em 2008.

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) está em expansão e passará a contar com 41 unidades, sendo 39 campi, a Reitoria e o Polo de Inovação. Com 35 unidades distribuídas em todas as regiões do estado, incluindo cidades como Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, e Fortaleza, o IFCE ganhará mais seis campi, conforme anunciado pelo presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília no início do ano de 2024.

As novas unidades incluem dois campi em Fortaleza, cujas localizações ainda serão definidas, e mais quatro distribuídos pelos municípios de Cascavel, Mauriti, Campos Sales e Lavras da Mangabeira. Cascavel integrará a presença do IFCE na região metropolitana de Fortaleza, ao lado de unidades em Caucaia, Horizonte, Maracanaú e Maranguape. Mauriti ampliará a oferta de cursos na região do Cariri, complementando os campi de Crato e Juazeiro do Norte. A unidade de Campos Sales marcará a chegada do IFCE à Chapada do Araripe, e Lavras da Mangabeira fortalecerá a presença da instituição no centro-sul cearense.

O anúncio faz parte de uma nova fase de expansão da Rede Federal, que prevê a criação de 100 novas unidades em todo o país por meio do Novo PAC, com um investimento total de R\$ 3,9 bilhões. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões serão destinados à construção de novos campi, e R\$ 1,4 bilhão será aplicado na consolidação das unidades existentes, incluindo melhorias em infraestrutura como refeitórios, bibliotecas e salas de aula. A expansão irá criar 140 mil novas vagas, principalmente em cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Em consonância com essa diretriz, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem como missão produzir, disseminar e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos, com o objetivo de contribuir de forma plena para a formação do cidadão, promovendo uma educação mais abrangente que favoreça sua completa inserção social, política, cultural e ética.

Amparado pela legislação, o IFCE reconhece a importância estratégica das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como suporte e enriquecimento para o ensino presencial e a distância, visando à expansão, ampliação do acesso e democratização da educação. Para isso, a instituição tem se dedicado a enfrentar o desafio de consolidar-se como um centro de excelência em Educação a Distância (EAD), com o propósito de levar educação de qualidade a todos os lugares onde for necessário.

Nesse ensejo, a área de EaD do IFCE tem como objetivos:

- implementar, acompanhar e avaliar políticas, programas e projetos institucionais para a modalidade de ensino a distância e presencial, apoiados por tecnologias digitais;
- garantir as condições didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas e
- garantir equânime tratamento de carga horária da atuação docente nas

atividades de ensino a distância e presencial (PPI/IFCE,2018).

Destinados a quem já concluiu o Ensino Médio, são ofertados cursos a distância em 16 campi do IFCE: curso técnico em administração; curso técnico em informática para web; curso técnico em eventos; curso técnico em secretaria escolar; curso técnico em serviços de restaurante e bar, curso técnico em secretaria escolar. Com previsão de oferta dos cursos técnico em meio ambiente e técnico em desenho de construção civil.

No PDI do IFCE (2024-2028), a Educação a Distância (EaD) continua sendo destacada como um projeto estratégico, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). O documento projeta que todos os campi terão núcleos de educação a distância para suporte às atividades didáticas. Além disso, a meta estabelecida para o período é que 25% do corpo docente assuma disciplinas na modalidade a distância, reafirmando o compromisso da instituição com a expansão e fortalecimento da EaD em sua estrutura educacional.

8.1 Missão, princípios e valores

A missão representa a declaração clara e sucinta do principal propósito da instituição, revelando o motivo fundamental de sua existência e a razão pela qual foi estabelecida. Sob esse enfoque, a missão do IFCE é: Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

A visão corresponde a forma como a instituição deseja ser vista pela sociedade, delineando seus objetivos e aspirações para um período específico adiante. Nesse contexto, a visão do IFCE para o ano de 2028 é: Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional. Os valores representam os princípios orientadores que influenciam o comportamento, as atitudes e as escolhas de todos os indivíduos associados à instituição.

No IFCE, os valores foram estabelecidos da seguinte forma, de acordo com o PDI IFCE 2024-2028: Compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na

sustentabilidade ambiental.

9 CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

O curso de Especialização em Gestão Escolar do Campus Baturité está articulado com a missão do IFCE de produzir, disseminar e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos, contribuindo para a formação social, política, cultural e ética dos cidadãos. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, a instituição busca expandir e aprimorar a formação de profissionais, incluindo gestores escolares, promovendo o desenvolvimento local e regional.

Embora o foco principal do PDI seja o fortalecimento da educação técnica e profissional, a formação de gestores escolares, como proposta no curso de Gestão Escolar, também apoia as diretrizes do IFCE ao capacitar profissionais que impactam positivamente a educação básica e profissional, alinhando-se com as políticas institucionais de desenvolvimento e inovação educacional.

Neste sentido, constituem-se políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao curso as abaixo nominadas:

NAPNE - Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades educativas específicas

O NAPNE é um núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do/da discente com necessidades educacionais específicas no IFCE. O núcleo promove, em conjunto com os demais setores institucionais, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade conforme a Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023.

Assim, as adaptações curriculares ocorrerão por diferentes

estratégias a partir da elaboração de uma proposta pedagógica específica para cada discente tendo como referência o currículo regular, as competências e as habilidades desse público com ajustes de objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologia e avaliação que poderão ser:

- alterações no material didático como tradução para libras, para estudantes surdos, impressão em braille ou aumento do tamanho e formato da letra para melhor visualização para estudantes com deficiência visual;

- permissão para uso em sala de aula de aplicativos como Dosvox (para estudantes cegos), leitores de tela, dicionários, tradutores on-line dentre outros recursos tecnológicos que ampliem a comunicação assistiva;

- contratação de leitores, transcritores, cuidadores e/ou intérpretes de libras, caso necessário de comum acordo com a direção do campus;

- maior tempo de realização das atividades avaliativas com apoio do(a) auxiliar de aluno(a)s;

- adaptações alternativas na avaliação, tais como compreensão para além da linguagem escrita convencional tais como gestos, mímica, dramatização, desenhos, ilustrações, fotografias, recursos tecnológicos (vídeo, TV, retroprojetor, computador, áudios, vídeos, slides, etc.), leitura labial, adoção de material concreto, dentre outros;

- mudança da disposição física da sala de aula, de forma a melhorar a locomoção do(a) estudante com uma necessidade específica permanente ou temporária;

- adoção de sistemas alternativos de comunicação, para os(a) alunos(a) impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação.

- orientações metodológicas no que diz respeito a interação em sala de aula tais como: dar explicações verbais sobre todo o material abordado em sala de aula de maneira visual; ler, por exemplo, o conteúdo ou imagem que está na lousa;

- utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os

aos diferentes estilos e possibilidades de expressão do(a)s aluno(a)s;

- modificação do nível de complexidade das atividades e na seleção de material didático, tais como produzir vídeos e áudios que podem ser usados como material complementar, selecionando materiais didáticos adequados e oferta de monitoria em casos específicos;
- oferecer suporte físico, verbal e instrucional para a locomoção do(a) aluno(a) com deficiência física, no que se refere à orientação espacial e à mobilidade;
- compra de recursos e materiais adaptados: pranchas, presilhas para evitar o deslizamento do papel na carteira, lupa, material didático de tipo ampliado, livro falado, equipamento de informática, materiais desportivos como bola de guizo, dentre outros recursos conforme orçamento do campus.

NEABI

Os NEABIs foram criados no IFCE a partir de 2015 com o intuito de realizarem estudos, pesquisas, formação, planejamento de ações afirmativas, eventos, projetos, programas, acolhimento e diálogos voltados à promoção da equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva contribuir para a construção de uma sociedade antirracista, a partir da ampliação e da consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas.

No Campus Baturité, o NEABI foi fundado em 2014 e conforme planejamento coletivo e participativo foram estabelecidas as formas de adesão e divulgação da pauta étnicoracial para a comunidade interna e externa. Desde então, o núcleo vem desenvolvendo atividades, eventos e projetos que integram ensino, pesquisa e extensão a partir da interação entre servidores/servidoras docentes e técnicos-administrativos, discentes e membros da comunidade externa que trabalham juntos temas relacionados à diversidade cultural brasileira e à luta contra o racismo e todas as outras formas de discriminação.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional; II
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços

nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- ▮ Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- ▮ Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- ▮ Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- ▮ Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

A organização da Especialização em Gestão Escolar se dará em três módulos, que contemplarão as disciplinas básicas do PNAP, as disciplinas específicas da especialização em gestão escolar e a orientação de TCC.

O modelo pedagógico do curso será 100% a distância, combinando atividades síncronas e assíncronas. A carga horária semanal incluirá 10 horas/aula, sendo 2 horas dedicadas a aulas síncronas. A carga horária prática poderá incluir estudos de caso, conforme a especificidade da matriz educacional de cada componente curricular.

Sendo assim, o curso se estruturará da seguinte forma:

Carga Horária da disciplina	Carga horária das atividades assíncronas	Carga horária das aulas síncronas virtuais
20h	16h	4h
40h	32h	8h

9.3.1 Módulo I

O módulo I é composto por seis disciplinas/atividades, de 20 horas e 40 horas, perfazendo um total de 180 horas. Dessa forma, ele contemplará as 5 disciplinas básicas do PNAP e a disciplina específica de Projeto Pedagógico.

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	20
2	Política e Sociedade	40
3	Políticas Públicas	20
4	Gestão Pública	20
5	Metodologia da Pesquisa	40
6	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	40
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo I é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo dos Módulos II e III, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo II

O módulo II será composto por quatro disciplinas/atividades de 40 horas e uma de 20 horas, perfazendo um total de 180 horas. Este módulo iniciará pelo TCC 1, no qual os alunos já serão alocados e orientados para o desenvolvimento do seu projeto inicial.

Ord.	Disciplina	C. H.
7	TCC 1	40
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	40
9	Gestão de Pessoas na Escola	20
10	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	40
11	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	40
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	180

9.3.3 Módulo III

O módulo III composto será por duas disciplinas/atividades, uma de 20 horas, e outra de 40 horas, perfazendo um total de 60 horas. Este módulo incluirá o TCC 2, no qual os alunos focarão na coleta e análise de dados para

entrega do TCC final.

Ord	Disciplina	C. H.
12	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	20
13	TCC 2	40
TOTAL DE HORAS DO MÓDULO		60

O Curso de Especialização em Gestão Escolar do Campus de Baturité, na modalidade a distância terá 420 horas assim distribuídas de acordo com o Quadro abaixo com a Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Escolar, a seguir ilustra a matriz curricular:

MÓDULO	Ord.	UNIDADES TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA	Créditos
MÓDULO 1 (180h) 1º Semestre	1	Introdução à EAD	20	1
	2	Política e Sociedade	40	2
	3	Políticas Públicas	20	1
	4	Gestão Pública	20	1
	5	Metodologia da pesquisa	40	2
	6	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	40	2
MÓDULO 2 (180h) 2º Semestre	7	TCC 1	40	2
	8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	40	2
	9	Gestão de Pessoas na Escola	20	1
	10	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	40	2
	11	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	40	2
MÓDULO 3 (160h) 3º Semestre	12	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	20	1
	13	TCC 2	40	2
Carga Horária Total		420		

10 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da UAB ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Equipe Multidisciplinar

O curso contará com uma equipe multidisciplinar composta por professores, tutores, orientadores e profissionais técnico-administrativos. Estes profissionais técnico-administrativos serão encarregados de prestar suporte nas áreas administrativas e nas atividades técnicas necessárias ao desenvolvimento e bom andamento das atividades do curso.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar participará de reuniões pedagógicas ao longo do curso, nas quais estarão envolvidos o coordenador do curso, tutores e professores e servidores técnicos administrativos. Esses encontros serão realizados ao longo dos 18 meses de duração do curso, com a possibilidade de agendar reuniões adicionais, se necessário. Além disso, a capacitação dos profissionais envolvidos será organizada por meio de uma programação elaborada pela Coordenação Institucional e pela Coordenação do Curso da UAB, no âmbito do IFCE. A interação entre a coordenação e a equipe multidisciplinar ocorrerá de forma contínua durante a oferta do curso. As capacitações terão como objetivo fornecer à equipe multidisciplinar conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a educação a distância, bem como sobre a proposta teórico-metodológica do curso.

10.3 Docentes que participarão da gestão do curso

No âmbito local (Campus Baturité), a gestão do curso será exercida pela Coordenação do Curso, apoiada e em articulação com a equipe multidisciplinar e coordenação UAB/IFCE. O processo seletivo para escolha do Coordenador de Curso foi realizado por meio de edital e o processo já foi finalizado.

Coordenador de Curso: Profa. Ma Andrea Maria Rocha Rodrigues

Professora do quadro efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará.

11 INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO- ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com o IFCE e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento

acadêmico e administrativo do curso;

► manutenção dos núcleos tecnológicos no IFCE e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e

► organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e o IFCE.

Produção de material didático

No Curso de Especialização em Gestão Escolar, os materiais didáticos desempenham um papel central no processo de formação, proporcionando aos participantes uma base sólida de conhecimento teórico e prático que se alinha às especificidades da gestão educacional e da modalidade de Educação a Distância (EaD). Para garantir a qualidade do ensino, serão selecionados, produzidos e disponibilizados materiais especialmente desenvolvidos para atender às necessidades de gestores escolares que atuam em diferentes contextos.

Esses materiais didáticos incluem recursos educacionais abertos (REAs) que são elaborados para oferecer um aprendizado interativo e acessível. Os REAs são compostos por materiais hipermidiáticos que sintetizam o diálogo e o trabalho colaborativo de uma equipe multidisciplinar de docentes e pesquisadores especializados na área de gestão educacional. Esses recursos são desenvolvidos com o propósito de integrar o pensamento crítico com a prática, refletindo as realidades da gestão escolar e promovendo um ensino alinhado às finalidades da política de formação em gestão educacional.

Os materiais didáticos serão disponibilizados em uma plataforma online (*MOODLE*), garantindo fácil acesso para todos os participantes, de forma a permitir um aprendizado assíncrono que respeite o ritmo e as necessidades de cada estudante. Dessa forma, o material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de

tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem. Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Considerando a importância do sistema de tutoria para o sucesso dos cursos ofertados na modalidade a distância, os tutores serão selecionados criteriosamente por meio de editais que exigirão formação adequada para o acompanhamento das disciplinas. Os critérios de seleção serão elaborados com o objetivo de garantir a escolha de profissionais capazes de atuar com eficiência e eficácia necessárias ao bom andamento das atividades das disciplinas que compõem a grade curricular. Os gestores darão especial atenção para assegurar uma sinergia eficaz entre os tutores e os professores responsáveis pelos componentes curriculares.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada

estudante, entre outros;

- ▮ videoaulas;
 - ▮ telefone;
 - ▮ redes sociais;
 - ▮ aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
 - ▮ e-mail;
 - ▮ Google Meet;
 - ▮ Zoom;
 - ▮ Microsoft Teams
- ▮ bem como outras ferramentas de uso institucional no IFCE que se façam necessárias para efetivar a interlocução.

11.2 Encontros presenciais

Embora o curso seja oferecido na modalidade a distância (EaD), a realização de encontros presenciais nos polos é uma estratégia eficaz para fortalecer o engajamento dos alunos e assegurar a qualidade no processo de aprendizagem. De acordo com a Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, do Conselho Nacional de Educação (CNE), a realização de atividades presenciais é obrigatória em cursos EaD em todo o território nacional. Estas atividades incluem avaliações acadêmicas, defesas de trabalhos e práticas em laboratório, que devem ocorrer na sede da instituição ou em polos de EaD credenciados, conforme estabelece o Decreto nº 5.622/2005.

Para o Curso de Especialização em Gestão Escolar, serão realizados encontros presenciais, definidos pela equipe docente e pela coordenação do curso no plano de trabalho, podendo ocorrer no início ou no final de cada componente curricular. Esses encontros terão como finalidade a realização de atividades acadêmicas, avaliações e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), totalizando: um encontro presencial de quatro horas para as disciplinas de 20 horas; dois encontros presenciais, de quatro horas cada, para as disciplinas de 40 horas; e um encontro de oito horas para a apresentação do TCC ao final do curso.

Além de serem momentos essenciais para troca de experiências, realização de atividades práticas e acompanhamento do progresso dos alunos, os encontros presenciais também desempenham um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem. A coordenação do curso contará com o apoio dos tutores e coordenadores de polos para organizar e garantir o sucesso desses encontros. A estrutura dos Polos Municipais, vinculados à oferta do curso, será utilizada para a realização dessas atividades. O monitoramento contínuo pela coordenação permitirá identificar ajustes necessários para o aprimoramento das atividades pedagógicas.

11.3 Metodologia

A metodologia do Curso de Especialização em Gestão Escolar é desenvolvida para promover uma formação abrangente, que conecta a teoria com a prática e se adapta às realidades dinâmicas do ambiente escolar. O curso é estruturado com base em diretrizes que asseguram uma aprendizagem significativa e contextualizada, proporcionando aos gestores escolares as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos da administração educacional.

A proposta metodológica integra aspectos técnicos, éticos e sociais, enfatizando a aplicação prática do conhecimento em cenários reais da gestão escolar.

Diretrizes Metodológicas:

I. Contextualização dos Temas e Conteúdos: A metodologia do curso privilegia a contextualização dos conteúdos, refletindo os contextos de atuação dos gestores escolares em suas respectivas realidades locais e regionais. Essa abordagem aproxima o aprendizado da realidade vivenciada pelos gestores, promovendo um ensino e aprendizagem significativa que contribui para a resolução de problemas concretos nas escolas e nas redes de ensino.

II. Enfoque Crítico e Pluralista: O curso adota um enfoque crítico e pluralista, que incentiva os gestores a desenvolverem uma visão ampliada e questionadora das práticas administrativas, pedagógicas e políticas. A metodologia busca estimular o debate e a análise crítica, proporcionando um espaço de aprendizagem que valoriza a diversidade de ideias e perspectivas.

III. Produção de Conhecimento Aplicado: A metodologia enfatiza a produção de conhecimento aplicado, utilizando estudos de caso, simulações e outras práticas pedagógicas inovadoras para desenvolver soluções práticas para os desafios da gestão escolar. Essa abordagem instrumental do curso visa capacitar os gestores para a prática, fortalecendo sua habilidade de diagnosticar problemas, planejar intervenções e implementar soluções de forma eficaz.

A formação proposta pelo curso integra aspectos técnico-científicos, ético-humanísticos e político-sociais, essenciais para a atuação dos gestores escolares:

Técnico-Científico: A formação técnico-científica é alinhada às exigências da gestão educacional contemporânea, proporcionando aos gestores um conjunto de ferramentas e metodologias para o planejamento estratégico, gestão de pessoas, análise de dados e avaliação de desempenho.

Ético-Humanístico e Político-Social: A abordagem ético-humanística reforça o

papel do gestor escolar como um líder socialmente responsável, que atua com sensibilidade e compromisso com a justiça social. A formação ética é fundamental para que os gestores possam promover uma educação inclusiva, respeitando a diversidade e adotando práticas de gestão que valorizem o bem-estar de todos os envolvidos no ambiente escolar.

Educação a Distância (EaD) na Gestão Escolar:

A Educação a Distância (EaD) é o eixo central da metodologia do curso, possibilitando uma formação acessível, flexível e adaptada às necessidades dos profissionais que já atuam na área da educação. Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007) destacam que a EaD proporciona um modelo de aprendizado que combina autonomia com interatividade, promovendo um ambiente de ensino que respeita o ritmo de cada estudante e permite que o aprendizado aconteça de forma contínua e integrada às suas atividades profissionais. O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, reforça a EaD como uma modalidade que amplia o acesso à formação superior, permitindo a interiorização e inclusão de públicos diversos, especialmente em áreas onde a oferta de cursos presenciais é limitada.

Outro ponto importante e que merece destaque é em relação ao uso de tecnologias digitais, fundamental para essa modalidade, possibilitando interações síncronas e assíncronas, o acesso a conteúdos atualizados e a realização de atividades que simulam os desafios reais da gestão escolar.

A metodologia inclui o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, *Moodle*, que promovem a interação constante entre docentes, tutores e estudantes, criando um espaço de diálogo e troca de experiências. Fóruns, chats e videoconferências são utilizados para estimular a participação ativa dos gestores, facilitar o esclarecimento

de dúvidas e promover a construção colaborativa do conhecimento. Esse ambiente dialógico é essencial para a formação de gestores escolares que estejam preparados para enfrentar os desafios da administração educacional com criatividade, inovação e competência.

Integração de Teoria e Prática:

As unidades temáticas do curso são desenhadas para integrar teoria e prática, proporcionando aos gestores oportunidades de aplicar os conceitos aprendidos em situações simuladas que refletem os problemas cotidianos da gestão escolar. Inspirada na pedagogia histórico-crítica, a metodologia propõe uma sequência de "tempos curriculares", que incluem momentos de problematização, instrumentalização, experimentação e consolidação dos conhecimentos. A cada unidade, os gestores são incentivados a refletir sobre suas práticas, propor soluções e avaliar os resultados de suas intervenções.

Inclusão e Diversidade na EaD:

A proposta metodológica também considera a diversidade dos participantes, utilizando materiais pedagógicos que promovem a inclusão e valorizam as características físicas, étnicas, culturais e sociais dos gestores. A EaD possibilita que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma formação de qualidade, respeitando suas especificidades e promovendo uma participação ativa e equitativa no processo de aprendizagem. Conforme apontado por Costa (2016), a valorização da diversidade é um elemento-chave para uma gestão educacional inclusiva, que respeita as diferenças e promove o crescimento compartilhado.

Com essa metodologia robusta e fundamentada, o Curso de Especialização em Gestão Escolar visa formar gestores que sejam capazes de liderar com competência, ética e visão crítica, preparados para transformar a realidade educacional e contribuir para uma gestão escolar mais eficiente, inclusiva e socialmente comprometida.

12 Diretrizes de Avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didáticopedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso

12.1 Avaliação institucional

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, ofertado pelo IFCE, está integrado ao processo de avaliação institucional, assim como os demais cursos regulares da instituição. Esse processo é conduzido em conformidade com as legislações, normas e diretrizes vigentes, assegurando a qualidade e a relevância do curso.

O IFCE participa ativamente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, nesse contexto, possui sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujo plano de atuação segue o roteiro proposto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A avaliação institucional não se limita a garantir o cumprimento das exigências legais, mas também visa a promover uma melhoria contínua. Por meio desse processo, são identificados tanto os pontos fortes quanto as áreas que necessitam de aprimoramento, assegurando, assim, a excelência na formação oferecida pelo curso e a constante busca por um ensino de qualidade.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

As especificidades da oferta de cursos na modalidade EAD exigem o desenvolvimento de estratégias específicas para a avaliação dos subsistemas envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Os procedimentos de avaliação são fundamentais, uma vez que visam garantir que os objetivos propostos para o curso sejam alcançados. Para serem efetivos, esses procedimentos precisam ser realizados continuamente, envolvendo todos os atores do processo de ensino-aprendizagem, bem como a infraestrutura de apoio ao curso.

Propõem-se as seguintes ações de avaliação, com o intuito de subsidiar decisões relativas ao curso:

- ▮ Avaliação do desempenho do estudante.
- ▮ Avaliação, pelos discentes, do ambiente virtual de aprendizagem.
- ▮ Avaliação, pelos professores, tutores e agentes administrativos, da qualidade do ambiente virtual de aprendizagem.
- ▮ Avaliação, pelos discentes, dos materiais instrucionais oferecidos para as disciplinas.
- ▮ Avaliação, pelos professores tutores e agentes administrativos, da qualidade e adequação dos materiais instrucionais oferecidos para as disciplinas.
- ▮ Procedimentos de avaliação contínua do desempenho dos discentes.
- ▮ Procedimentos de avaliação das ações de acompanhamento dos discentes.
- ▮ Avaliação dos professores tutores pelos discentes e pela coordenação de curso.
- ▮ Avaliação, pelos diferentes atores, do sistema de tutoria, considerando sua importância fundamental para a modalidade EAD.
- ▮ Avaliação da coordenação do curso realizada pelos atores.
- ▮ Avaliação, pelos discentes, docentes e coordenação, do nível de qualidade do curso nos aspectos didáticos e pedagógicos.

Os instrumentos de avaliação serão definidos em normativas, obedecendo os ritos institucionais estabelecidos e devem considerar que os subsistemas de EAD precisam propiciar uma sinergia entre os diferentes atores e ferramentas do processo de ensinoaprendizagem, a fim de alcançar êxito nos objetivos propostos. Os resultados das ações de avaliação sugeridas serão fundamentais para que se atinjam os patamares de excelência acadêmica preconizados nos documentos institucionais norteadores do IFCE

12.3 Avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no Curso de Especialização em Gestão Escolar é concebida como um processo dinâmico, contínuo, diagnóstico e formativo, que vai além de mensurar o desempenho acadêmico dos estudantes. Ela desempenha um papel importante na orientação das decisões pedagógicas, promovendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para a atuação eficaz na gestão escolar. Alinhada às diretrizes dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE e fundamentada no artigo 24, inciso V, alínea a, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96), a avaliação conecta o ensino à prática, estabelecendo uma ponte entre a teoria estudada e os desafios enfrentados na gestão educacional.

No contexto da Educação a Distância (EaD), a avaliação assume características específicas, uma vez que o estudante não conta com a presença física constante do docente. Nesse ambiente, é essencial desenvolver metodologias que estimulem a autonomia do estudante, encorajando-o a buscar interações ativas com colegas, professores e tutores. Essas interações são fundamentais para criar um ambiente colaborativo de aprendizagem, onde o estudante possa construir confiança, desenvolver a autoestima e exercitar sua capacidade analítica e reflexiva sobre os desafios encontrados na gestão escolar.

A metodologia avaliativa é diversificada e poderá incluir provas escritas e orais, trabalhos individuais e em grupo, portfólios, relatórios, artigos, seminários, estudos de caso e projetos aplicados. As avaliações ocorrerão no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, que permitirá um acompanhamento contínuo do desempenho do estudante e o registro de suas atividades avaliativas. A plataforma Moodle oferece um ambiente flexível, permitindo que os instrumentos avaliativos sejam adaptados às necessidades do curso e dos estudantes, respeitando o ritmo de cada participante.

A avaliação assume um caráter formativo, processual e contínuo, onde os aspectos qualitativos são priorizados sobre os quantitativos, e os resultados parciais são valorizados ao longo do curso. Essa abordagem permite ajustes pedagógicos em tempo real, identificando dificuldades e propondo intervenções adequadas para apoiar o desenvolvimento do estudante. Esse caráter formativo visa garantir que a avaliação não se limite a um momento final, mas que seja uma ferramenta pedagógica ativa ao longo de todo o processo de aprendizagem.

Para a aprovação nas disciplinas e no curso, o estudante deve atingir uma nota mínima de 7,0 em uma escala de 0 a 10 pontos e ter uma frequência mínima de 75% nas atividades previstas. Caso o estudante não alcance esses critérios, será assegurado o direito à recuperação da aprendizagem por meio de um plano de estudos orientado pelo docente, com atividades específicas que possibilitem a consolidação dos conhecimentos necessários. Essa flexibilidade no processo avaliativo visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem, respeitando as individualidades de cada estudante.

A avaliação também adota uma abordagem inclusiva, com adaptações para estudantes com deficiência, conforme a Lei 13.146/2015. As avaliações serão ajustadas para garantir acessibilidade, incluindo tempo adicional para atividades, provas em formatos acessíveis e correções diferenciadas que valorizam o aspecto semântico para estudantes surdos. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (Napne) fornecerá suporte para garantir que todos os estudantes tenham condições justas e equitativas de participar das atividades avaliativas.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Especialização em Gestão Escolar será desenvolvido em duas etapas: na disciplina de TCC I, o estudante elabora o projeto de pesquisa, com definição do tema, problema, objetivos, metodologia e referencial teórico; e na disciplina de TCC II, realiza-se a execução do projeto, com a análise dos dados, redação do artigo científico e apresentação final. O TCC consistirá na produção de um **artigo científico original**, relacionado a temas relevantes da gestão escolar, orientado por docente do curso. Ao final, o estudante deverá **apresentar e defender publicamente** seu artigo perante banca avaliadora, composta por pelo menos dois docentes, sendo um o orientador. A aprovação dependerá da entrega do

artigo conforme as normas institucionais e da obtenção de média mínima de 7,0 (sete) na avaliação final.

Em resumo, a avaliação da aprendizagem no Curso de Especialização em Gestão Escolar é um componente essencial que vai além da mera medição do desempenho acadêmico. Ela promove uma formação crítica e emancipatória, capacitando gestores escolares a enfrentar os desafios da educação contemporânea com competência, ética e comprometimento social.

13 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: telefone, chat via plataforma online, web conferências e grupos virtuais, estas ferramentas possibilitarão a realização de atividades síncronas entre os discentes e os professores, podendo também ter mediação de tutores.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados:

- Fóruns de discussão em ambiente virtual de aprendizagem;
- Correio eletrônico (e-mail);
- Postagens e comentários em blogs ou portfólios digitais;
- Vídeos gravados disponibilizados em plataformas;
- Textos e materiais didáticos acessíveis a qualquer tempo;
- Atividades assíncronas em ambientes virtuais;

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensinoaprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre

estudanteconhecimento-tutor-professor formador.

Anexos: Planos de Unidade Didática (PUDs)

DISCIPLINA 1: Introdução à Educação a Distância (EAD)			
Código:			
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática: 10/h
CH a distância	16h	CH Presencial	4h
Número de Créditos:	1 Obrigatória		
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.			
OBJETIVOS			
Compreender e aplicar os fundamentos da Educação a Distância, reconhecendo as metodologias digitais e as estratégias de interação nos Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA), com atenção à inclusão e diversidade.			
PROGRAMA			
• Educação a Distância (EAD): Histórico, evolução e características no Brasil. • Organização de Sistemas de EAD: Processos de comunicação, tutoria e avaliação no contexto da EAD. • Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): Definição, funcionamento e principais plataformas. • Interação e Comunicação em EAD: Ferramentas e estratégias de interação nos AVEAs. • Metodologias Digitais: Metodologias ativas aplicadas à EAD. • Avaliação em EAD: Estratégias e ferramentas para avaliar o desempenho e a participação dos estudantes.			

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

AValiação

A avaliação da disciplina será desenvolvida por meio de **atividades diversificadas**, que permitam ao estudante refletir sobre os fundamentos, os desafios e as possibilidades da Educação a Distância, bem como exercitar sua autonomia e protagonismo no ambiente virtual.

Poderão ser utilizados os seguintes **métodos e instrumentos avaliativos**:

- **Fóruns avaliativos**: para promover o diálogo e a argumentação com base em textos e vídeos temáticos;
- **Portfólios digitais**: como compilação de atividades e reflexões construídas ao longo da disciplina;
- **Estudos dirigidos e atividades práticas**: com foco na aplicação dos conceitos abordados;
- **Mapas conceituais e resumos analíticos**: para avaliar a organização do conhecimento e as conexões entre teoria e prática;
- **Participação em webconferências ou atividades síncronas**, quando previstas, com foco na interação e na construção coletiva do conhecimento;
- **Autoavaliação orientada**, com base em roteiro previamente elaborado.

As atividades avaliativas serão realizadas no **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle)**, garantindo o acompanhamento sistemático do processo de ensino-aprendizagem e o registro das produções dos estudantes. Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia Básica

- CORRÊA, Denise Mesquita. *Introdução à educação a distância e AVEA*. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
- HACK, Josias Ricardo. *Introdução à educação a distância*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
- VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. *Introdução à educação a distância*. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

Bibliografia complementar

- LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
- MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. *Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. *Educação a distância pontos e contrapontos*. São Paulo: SUMMUS, 2011.
- SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. *Educação e tecnologias da informação e comunicação*. Salvador UNEB/EAD, 2010.
- SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. *Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

DISCIPLINA 2: Política e Sociedade

Código:

Carga Horária Total: 40h

Carga Horária teórica:

20h

CH Prática:-

Número de Créditos:

2 Obrigatória

CH a distância

32h

CH
Presencial

8h

Código pré-requisito: -

Curricularização da
extensão:

-

Nível: Especialização

obrigatória

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

OBJETIVOS

1. Analisar as diferentes formas de governo e regimes políticos, e sua aplicação no contexto brasileiro.
2. Compreender o desenvolvimento do federalismo e a relação entre Estado e sociedade no Brasil.
3. Estudar os processos de representação política, sistemas partidários e o processo eleitoral brasileiro.

4. Discutir o sistema político brasileiro, com foco no presidencialismo de coalizão, as relações entre os poderes e a judicialização da política.
5. Desenvolver uma visão crítica sobre o papel das instituições públicas e os desafios da democracia no Brasil.

PROGRAMA

- **Formas de Governo e Regimes Políticos:** Conceitos e tipologias de regimes políticos (democracia, autoritarismo, parlamentarismo, presidencialismo); distinção entre formas de governo e regimes de poder.
- **Estado e Desenvolvimento:** O papel do Estado no desenvolvimento econômico e social; modelos de Estado e suas implicações para o crescimento e a equidade.
- **Federalismo e Estruturação Política no Brasil:** Histórico e evolução do federalismo no Brasil; competências dos entes federativos e os desafios de coordenação entre União, Estados e Municípios.
- **Participação Social e Sociedade Civil:** Mecanismos de participação social e sua relevância para a consolidação da democracia; movimentos sociais e o controle social sobre o Estado.
- **Representação Política e Sistemas Partidários:** Estudo dos sistemas partidários no Brasil; dinâmica da representação política; o processo eleitoral brasileiro e suas peculiaridades.
- **Sistema Político Brasileiro:** Presidencialismo de coalizão, formação de governos e alianças políticas; papel dos partidos na governabilidade e no equilíbrio entre os poderes.
- **Relações entre os Poderes e Judicialização da Política:** Análise das inter-relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil; a crescente judicialização das questões políticas e seus impactos no processo democrático.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina **Política e Sociedade** será realizada por meio de instrumentos que possibilitem aos estudantes desenvolverem uma compreensão crítica das estruturas políticas e sociais brasileiras, aplicando os conceitos teóricos à análise da realidade institucional do país.

Serão utilizados os seguintes **métodos e instrumentos avaliativos**:

- **Análise crítica de textos e artigos científicos**, com foco na compreensão dos conceitos de Estado, regimes políticos, federalismo e participação social;
- **Fóruns temáticos avaliativos** no AVA, promovendo o debate entre os estudantes sobre temas como o sistema político brasileiro, presidencialismo de coalizão e judicialização da política;
- **Estudos de caso** sobre conjunturas políticas reais, estimulando a articulação entre teoria e prática;
- **Produção de sínteses reflexivas** a partir de vídeos, entrevistas, reportagens e materiais multimídia indicados durante a disciplina;
- **Elaboração de resenhas e ensaios**, individualmente ou em grupo, que expressem o posicionamento crítico do estudante diante dos temas abordados;
- **Autoavaliação orientada**, com foco na autorreflexão sobre a aprendizagem e o processo de participação nas atividades propostas.

As atividades avaliativas serão desenvolvidas no **Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle)**, com acompanhamento contínuo e devolutivas que contribuam para o aprimoramento do processo de aprendizagem.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Construindo o Estado Republicano*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- EVANS, Peter. *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Bibliografia complementar

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. São Paulo: Objetiva, 2010.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *Administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2012.

Coordenador de Curso

Coordenadoria Técnico-Pedagógica

DISCIPLINA 3: Políticas Públicas

Código:

Carga Horária Total: 20h

Carga Horária teórica:

20h

CH Prática:-

Número de Créditos:

1 Obrigatória

CH a distância

16h

CH
Presencial

4h

Código pré-requisito: -

Curricularização da
extensão:

-

Nível: Especialização

obrigatória

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

OBJETIVOS

1. Identificar e compreender os principais modelos de decisão nas políticas públicas.
2. Analisar o papel dos atores políticos, incluindo parlamentos, partidos,

grupos de interesse, mídia e estruturas institucionais, no processo de decisão.

3. Estudar o ciclo das políticas públicas, desde a formulação até a avaliação.
4. Explorar o papel da sociedade na participação e acompanhamento das políticas públicas.
5. Avaliar o impacto da globalização nas políticas públicas e as tendências contemporâneas desse campo de estudo.

PROGRAMA

- **Modelos de Decisão em Políticas Públicas:** Principais teorias e abordagens de tomada de decisão nas políticas públicas; análise comparativa entre modelos racionais, incrementais e de múltiplos fluxos.
- **Atores Políticos e suas Funções:** O papel de parlamentos, partidos, grupos de interesse e mídia na formulação e implementação de políticas públicas. Estruturas institucionais e suas influências no processo decisório.
- **O Ciclo das Políticas Públicas:** Fases do ciclo: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. Ferramentas de monitoramento e indicadores de desempenho.
- **Participação da Sociedade no Ciclo de Políticas Públicas:** Mecanismos de participação social no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Movimentos sociais, conselhos de políticas públicas e controle social.
- **Globalização e Políticas Públicas:** Impactos da globalização na formulação e execução de políticas públicas nacionais. A interdependência das políticas públicas no contexto global.
- **Tendências Atuais nas Políticas Públicas:** Inovações e desafios nas políticas públicas contemporâneas: governança, participação, novas tecnologias e accountability.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina **Políticas Públicas** será realizada por meio de atividades que estimulem a análise crítica, a articulação entre teoria e prática e o entendimento aprofundado do ciclo de políticas públicas e dos atores envolvidos no processo.

Os **instrumentos e estratégias avaliativas** a serem utilizados incluem:

- **Análises de casos reais** sobre formulação e implementação de políticas públicas, considerando o papel dos atores políticos e institucionais;
- **Fóruns avaliativos** no AVA, com debates temáticos sobre participação social, globalização e accountability;
- **Mapas conceituais e infográficos** construídos individual ou coletivamente, que sintetizem o ciclo das políticas públicas e suas fases;
- **Resumos analíticos e ensaios críticos**, com base nas leituras recomendadas e nas discussões promovidas durante a disciplina;
- **Produção de textos argumentativos**, a partir de situações-problema e dados empíricos apresentados em vídeos, artigos e relatórios;
- **Autoavaliação orientada**, voltada para o reconhecimento do progresso individual no desenvolvimento das competências previstas.

As atividades avaliativas ocorrerão no **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle)** e serão acompanhadas de devolutivas formativas, de modo a apoiar o estudante em seu processo contínuo de aprendizagem.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Construindo o Estado Republicano*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- EVANS, Peter. *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Bibliografia complementar

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. São Paulo: Objetiva, 2010.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *Administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2012.

Coordenador de Curso

Coordenadoria Técnico-Pedagógica

DISCIPLINA 4: Gestão Pública

Código:

Carga Horária Total: 20h

Carga Horária teórica:

20h

CH Prática:-

Número de Créditos:

1 Obrigatória

CH a distância

16h

CH
Presencial

4h

Código pré-requisito: -

Curricularização da
extensão:

-

Nível: Especialização

obrigatória

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

OBJETIVOS

- Analisar a gestão pública como um campo interdisciplinar, com foco nas abordagens clássicas e contemporâneas.
- Compreender as principais teorias e modelos da administração pública, incluindo a dicotomia entre política e administração, a "Nova Gestão Pública" e a governança.
- Discutir os conceitos de transparência, accountability e responsiveness na gestão pública.
- Estudar experiências de inovação e reforma administrativa no Brasil, abordando temas como desburocratização, descentralização, parcerias e governo eletrônico.

PROGRAMA

- **Gestão Pública como Campo Interdisciplinar:** Definição e evolução da gestão pública; interdisciplinaridade e suas implicações para a administração pública contemporânea.
- **Teorias e Modelos da Administração Pública:** A visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a "Nova Gestão Pública" e suas influências no setor público; a abordagem da governança e do setor público não estatal.
- **Transparência, Accountability e Responsiveness:** Conceitos e práticas de transparência, prestação de contas e responsividade no setor público; como as políticas públicas respondem às demandas sociais e são avaliadas por meio de controles e resultados.
- **Inovações e Reformas Administrativas no Brasil:** Estudo de casos e experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros, com ênfase em desburocratização, regulação, descentralização, parcerias com o setor privado, participação social e o uso de tecnologias no governo eletrônico.
- **Governança Pública e Setor Não Estatal:** O papel da governança pública na administração contemporânea; interação entre o setor público e o não estatal (ONGs, fundações, empresas) para a prestação de serviços públicos.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Gestão Pública será realizada por meio de estratégias que incentivem o pensamento crítico, a análise de políticas públicas e a aplicação das teorias administrativas à realidade da administração pública brasileira.

Os instrumentos e métodos avaliativos previstos incluem:

- Estudos de caso sobre experiências de inovação e reforma administrativa em diferentes níveis de governo;
- Fóruns de discussão avaliativos, com problematização de temas como transparência, accountability e governo eletrônico;
- Sínteses reflexivas e textos analíticos, baseados nas leituras obrigatórias e complementares;
- Atividades práticas individuais e em grupo, com foco na aplicação dos modelos de gestão pública e governança;
- Construção de quadros comparativos e esquemas conceituais relacionando teorias clássicas e contemporâneas da administração pública;
- Autoavaliação orientada, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo do módulo.

As atividades avaliativas serão conduzidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle), com acompanhamento contínuo e devolutivas pedagógicas para apoiar o processo de aprendizagem.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- COSTIN, Claudia. *Administração Pública*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.
- DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. *Teorias da administração pública*. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). *Administração pública: Coletânea*. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

Bibliografia complementar

• BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). <i>Reforma do estado e administração pública gerencial</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. • FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. <i>The public administration theory primer</i>. Oxford: Westview Press, 2011. • JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). <i>Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares</i>. Rio de Janeiro: FGV, 2006. • PAULA, Ana Paula Paes de. <i>Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea</i>. Rio de Janeiro: FGV, 2007. • TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. <i>Fundamentos de administração pública brasileira</i>. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.	
Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica

DISCIPLINA 5: Metodologia da pesquisa			
Código:			
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	30h	CH Prática: 10/h
Número de Créditos:	2 Obrigatória		
CH a distância	32h	CH Presencial	8h
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
A pesquisa e o conhecimento. O processo do conhecimento científico. O projeto e o relatório de pesquisa. Normas para a elaboração do trabalho de pesquisa. Ética na pesquisa. O papel da pesquisa na produção e socialização do saber científico. Importância da definição do problema, dos objetivos e da fundamentação teórica. Métodos e abordagens de pesquisa científica: qualitativa, quantitativa e mista. A análise crítica de fontes e dados. A pesquisa como instrumento de transformação social e de aprimoramento das práticas profissionais.			

OBJETIVOS

- Compreender as etapas do processo de pesquisa científica.
- Elaborar projetos de pesquisa com rigor metodológico.
- Analisar e interpretar dados de forma crítica.
- Aplicar normas de formatação acadêmica.
- Atuar de forma ética na produção científica.
- Produzir um pré projeto para elaboração de artigo científico.

PROGRAMA

- A Pesquisa e o Conhecimento
- A Ética na Pesquisa
- Estrutura de Trabalhos Científicos
- Redação científica. O projeto e o relatório de pesquisa.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso nos encontros presenciais ou virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;.
- Escrita de artigos científicos.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Metodologia da Pesquisa será conduzida por meio de atividades que promovam o desenvolvimento de competências relacionadas à investigação científica, ao pensamento crítico e à produção acadêmica com rigor metodológico.

Os métodos e instrumentos avaliativos utilizados poderão incluir:

- Elaboração progressiva de um pré-projeto de pesquisa, com etapas acompanhadas e avaliadas ao longo da disciplina;
- Produção de fichamentos, resenhas e mapas conceituais, a partir das leituras orientadas, com foco na fundamentação teórica e metodológica;
- Análise crítica de artigos e projetos de pesquisa, discutidos em fóruns avaliativos presenciais ou no AVA;
- Atividades práticas de aplicação de normas de formatação acadêmica, com base nas exigências da ABNT e de periódicos científicos;
- Discussão de estudos de caso sobre ética na pesquisa, promovendo reflexões sobre o papel do pesquisador e os limites éticos do fazer científico;

- Autoavaliação orientada, para reflexão sobre o processo individual de aprendizagem, dificuldades e avanços ao longo do percurso.

As atividades avaliativas ocorrerão tanto nos encontros presenciais nos polos da UAB, quanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) com acompanhamento sistemático por parte do professor formador e feedback formativo.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

ARAGÃO, José Wellington Marinho de Aragão, MENDES, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2024.

DOURADO, Leidiane Santos. O memorial de formação: notas sobre estilo de um gênero discursivo. **Anais do SILEL**, v. 3, n. 1. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1304.pdf Acesso em 10 de agosto de 2024.

IFCE. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. 2020. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/normalizacao-de-trabalhos-academicos>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

SANTOS, Amanda Oliveira dos; MACHADO, Gilberto Andrade. Reconhecendo caminhos: memorial como processo investigativo na formação docente. In: **XV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ**, 15., 24-27. set. 2016, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE): UFC, 2016 .p.75-85.Tema: Histórias de Corpo - Religião – Educação.. Disponível em www.chec.com.br. Acesso em 10 de agosto de 2024.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, 2013. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fadir/article/view/13676>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Bibliografia complementar

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo, 2012.

DA SILVA, Fabrício Oliveira; DE MATTOS, Rita de Cassia Menezes. ESCRITAS E REFLEXÕES DE SI: memorial como dispositivo autoformativo. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5400>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, p. 417-426, 2008. Disponível: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2008.v13n2/417-426/pt>. Acesso em 10 de agosto de 2024.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

DISCIPLINA 6: Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

Código:

Carga Horária Total: 40h

Carga Horária teórica:

20h

CH Prática:20h

Número de Créditos:

2 Obrigatória

CH a distância

32h

CH
Presencial

8h

Código pré-requisito: -

Curricularização da
extensão:

-

Nível: Especialização

obrigatória

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político-administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e/ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

OBJETIVOS

- Compreender os fundamentos e a importância do Projeto Político-Pedagógico na gestão escolar.
- Analisar as políticas de controle social e participação coletiva na elaboração de projetos pedagógicos.

- Desenvolver habilidades para identificar e propor soluções para problemas administrativos e educacionais.
- Elaborar ou revisar Projetos Político-Pedagógicos a partir de estudos de casos e exemplos práticos.

PROGRAMA

- **Conceitos de Projeto Político-Pedagógico (PPP):** Fundamentos e objetivos do PPP na gestão escolar; relação entre política, educação e administração.
- **Participação Democrática e Controle Social na Gestão Escolar:** Debate sobre a importância da participação de toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais e gestores) na elaboração e implementação do PPP.
- **Elaboração e Revisão de Projetos Pedagógicos:** Procedimentos, fases e técnicas para a criação e revisão de projetos pedagógicos em escolas; identificação de necessidades e definição de metas educacionais.
- **Investigação e Identificação de Problemas Educacionais e Administrativos:** Métodos de diagnóstico e análise de problemas no contexto escolar; ferramentas de investigação e planejamento para soluções pedagógicas.
- **Políticas de Controle Social na Educação:** Discussão sobre o controle social e suas implicações na gestão educacional; análise de políticas públicas voltadas à democratização da gestão escolar.
- **Estudos de Casos Aplicados à Gestão Escolar:** Análise de experiências práticas de elaboração e execução de Projetos Político-Pedagógicos em diferentes contextos educacionais; estudo de casos de sucesso e dificuldades.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina **Projeto Pedagógico na Gestão Escolar** será realizada por meio de atividades que promovam a articulação entre teoria e prática com ênfase na elaboração, análise e revisão de Projetos Político- Pedagógicos considerando a participação democrática e o controle social na gestão escolar.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Elaboração de proposta de revisão ou criação de um Projeto Político-Pedagógico (PPP), com base em estudo de caso real ou simulado;
- Fóruns temáticos avaliativos, abordando participação coletiva, gestão democrática e políticas públicas educacionais;
- Relatórios analíticos sobre problemas administrativos e pedagógicos identificados no contexto escolar;
- Resenhas e reflexões críticas a partir das leituras teóricas e vídeos propostos;
- Análise de experiências práticas e estudo de casos relacionados à gestão escolar;
- Autoavaliação orientada, com foco na apropriação dos conteúdos e no engajamento com as atividades.

As atividades avaliativas serão desenvolvidas em encontros presenciais e/ou por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle), com acompanhamento contínuo e devolutivas pedagógicas.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, conforme os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica definida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.
- LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- LUCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).
- LÜCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).
- LÜCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional*. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

Bibliografia complementar

- ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.
- BERGUE, Sandro T. *Gestão de Pessoas no Setor Público*. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.
- BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo: Atlas, 2008.

- SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.
- ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

DISCIPLINA 7: Trabalho de Conclusão de Curso I

Código:

Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	20h	CH Prática:20H
Número de Créditos:	2	Obrigatória	
CH a distância	32h	CH Presencial	8h
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		

EMENTA

A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como base a integração dos conhecimentos adquiridos ao longo da especialização em Gestão Escolar. Desenvolvimento de um projeto de pesquisa que reflita a prática de gestão escolar e sua intervenção pedagógica, culminando na elaboração de um artigo científico ou relatório técnico. A disciplina promove a autonomia do aluno e a aplicação de soluções inovadoras para os desafios da administração escolar, fundamentadas em teorias pedagógicas críticas e sociais.

OBJETIVOS

- Capacitar os alunos para elaborar um projeto de pesquisa relevante para a gestão escolar.
- Desenvolver habilidades de análise crítica e reflexiva sobre práticas de gestão escolar.
- Orientar o aluno na formulação de soluções inovadoras e práticas para problemas educacionais.
- Produzir um artigo científico ou relatório técnico que articule teoria e prática

educacional.

PROGRAMA

- **Escolha do Tema e Definição do Problema de Pesquisa:** Orientação para selecionar um tema relevante e definir o problema de pesquisa no contexto da gestão escolar.
- **Revisão Bibliográfica:** Métodos para realizar uma revisão de literatura abrangente e fundamentada, apoiando o tema central do TCC.
- **Elaboração da Estrutura do TCC:** Definição das partes do TCC (introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusão) e orientações para a sua organização.
- **Metodologia de Pesquisa:** Aplicação de métodos de pesquisa qualitativa ou quantitativa no desenvolvimento do artigo ou relatório técnico.
- **Redação do TCC (Artigo Científico):** Técnicas de escrita acadêmica e normatização, de acordo com as diretrizes do IFCE, para garantir clareza e precisão no trabalho final.
- **Revisão e Adequação do Texto:** Revisão técnica e acadêmica do TCC, com foco na coesão, coerência e adequação às normas acadêmicas.
- **Preparação para Defesa:** Orientação sobre a apresentação oral do TCC, com foco na defesa dos argumentos e na comunicação eficaz dos resultados.
- **Submissão e Apresentação do TCC:** Procedimentos formais para a entrega, avaliação e apresentação do TCC perante banca examinadora.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I será realizada com base no acompanhamento do processo de construção do projeto de pesquisa e na consolidação de competências relacionadas à escrita acadêmica, investigação científica e análise crítica no campo da gestão escolar.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Elaboração de um pré-projeto de pesquisa com definição clara do tema, problema, objetivos, metodologia e referencial teórico;
- Apresentação parcial do plano de pesquisa, com foco na justificativa, relevância social e viabilidade acadêmica;
- Fóruns avaliativos e relatórios reflexivos, a partir das etapas de leitura, revisão bibliográfica e delimitação do objeto de estudo;

- Produção de fichamentos, resumos e resenhas críticas sobre textos científicos relacionados ao tema do TCC;
- Autoavaliação orientada, com foco na autonomia do estudante e no desenvolvimento das competências investigativas;
- Atividades práticas no AVA/Moodle e nos encontros presenciais, com devolutivas formativas ao longo do processo.

As atividades avaliativas serão desenvolvidas de forma contínua, tanto de maneira individual quanto mediada pela orientação docente, considerando o progresso do estudante na estruturação de seu projeto de TCC.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia complementar

- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- OLIVEIRA, Lúcia M. M. *Como fazer monografia na prática*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Coordenador de Curso

Coordenadoria Técnico-Pedagógica

DISCIPLINA 8: Planejamento Financeiro e Patrimonial em Organizações de Ensino

Código:

Carga Horária Total: 40h

Carga Horária teórica:

30h

CH Prática:10h

Número de Créditos:

2 Obrigatória

CH a distância	32h	CH Presencial	8h
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			
Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.			
OBJETIVOS			
• Compreender as principais fontes de financiamento da educação no Brasil, especialmente o Fundeb, e sua aplicação em organizações de ensino. • Aplicar noções de orçamento e contabilidade em instituições educacionais para o controle eficaz de caixa, materiais, e contas a pagar e receber. • Desenvolver habilidades para o planejamento financeiro de eventos e a captação de recursos em instituições de ensino. • Gerenciar o controle patrimonial de instituições educacionais, com foco na preservação e otimização dos ativos. • Analisar estudos de caso práticos relacionados ao planejamento financeiro e patrimonial em organizações de ensino.			
PROGRAMA			
• Fundeb e Financiamento da Educação: Definição do Fundeb; fontes de financiamento da educação; princípios e diretrizes para a aplicação de recursos em instituições de ensino. • Orçamento e Contabilidade Aplicados à Educação: Conceitos de orçamento público e sua aplicação em instituições de ensino; princípios contábeis básicos aplicados ao controle financeiro e patrimonial em organizações educacionais. • Controle Financeiro em Instituições de Ensino: Controle de caixa, controle de contas a pagar e a receber; gestão de fluxo de caixa e equilíbrio financeiro. • Gestão Patrimonial em Instituições de Ensino: Controle e manutenção de patrimônio; ferramentas para o gerenciamento de ativos e controle de materiais. • Execução de Recursos e Prestação de Contas: Execução de recursos provenientes do Fundeb e outras fontes de financiamento; processos de prestação de contas e auditoria. • Planejamento Financeiro de Eventos: Noções de planejamento financeiro aplicado a eventos educacionais e projetos institucionais. • Captação de Recursos para Organizações de Ensino: Elaboração de projetos para captação de recursos; parcerias com o setor privado e financiamento externo. • Estudos de Casos Aplicados: Análise de casos práticos de gestão			

financeira e patrimonial em instituições de ensino.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Planejamento Financeiro e Patrimonial em Organizações de Ensino será realizada com base em atividades que possibilitem a aplicação prática dos conceitos financeiros e patrimoniais no contexto da gestão educacional, promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas e analíticas.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Estudo de caso aplicado, com análise de execução orçamentária e estratégias de prestação de contas em instituições educacionais;
- Relatórios técnico-financeiros, baseados em simulações de controle de caixa, contas a pagar e controle patrimonial;
- Planilhas e exercícios práticos, com foco na elaboração de orçamento e na gestão de fluxo de caixa;
- Projetos de captação de recursos e planejamento financeiro de eventos, com aplicação dos conceitos trabalhados na disciplina;
- Fóruns temáticos avaliativos, com discussão sobre a gestão de recursos públicos na educação e os princípios da transparência e accountability;
- Autoavaliação orientada, voltada para a reflexão crítica sobre o próprio desempenho e domínio dos conteúdos.

As atividades avaliativas serão realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) e, quando previsto, em encontros presenciais nos polos, com acompanhamento contínuo e devolutivas do professor.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

FARENZENA, Nalú. Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

Bibliografia complementar

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. *Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil*. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Coordenador de Curso

Coordenadoria Técnico-
Pedagógica

DISCIPLINA 9: Gestão de Pessoas na Escola

Código:

Carga Horária Total: 20h

Carga Horária teórica:

10h

CH Prática:10h

Número de Créditos:

1

Obrigatória

CH a distância

32h

CH
Presencial

8h

Código pré-requisito: -

Curricularização da
extensão:

-

Nível: Especialização

obrigatória

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

OBJETIVOS

- Identificar e analisar os principais modelos de gestão de pessoas e sua aplicação no contexto escolar.
- Compreender as teorias de liderança e motivação e sua importância para o ambiente educacional.
- Estudar as políticas públicas de gestão de pessoas aplicadas à administração escolar.
- Aplicar conceitos de gestão de competências para o desenvolvimento de equipes em instituições de ensino.
- Discutir tendências atuais e futuras da gestão de pessoas no serviço público educacional.
- Analisar casos práticos de gestão de pessoas no ambiente escolar.

PROGRAMA

- **Modelos de Gestão de Pessoas:** Abordagens tradicionais e contemporâneas de gestão de pessoas; a evolução dos modelos de gestão de recursos humanos no contexto educacional.
- **Teorias de Liderança e Motivação:** Estudo das principais teorias de liderança e motivação e aplicação e críticas dessas teorias no ambiente escolar.
- **Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública:** Políticas de gestão de pessoas no setor público; planejamento estratégico e sua importância para a gestão de recursos humanos nas escolas.
- **Gestão de Competências e Desenvolvimento de Pessoas:** Definição de competências e habilidades no ambiente escolar; estratégias para o desenvolvimento profissional contínuo de educadores e equipes administrativas.
- **Gestão de Pessoas na Organização Moderna:** Desafios e oportunidades da gestão de pessoas no contexto educacional contemporâneo; impacto das mudanças tecnológicas e sociais na gestão de equipes escolares.
- **Tendências na Gestão de Pessoas no Serviço Público:** Estudo das novas tendências em gestão de pessoas no setor público, como a gestão por competências, coaching, mentoring e gestão de talentos na educação pública.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronas ou assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Gestão de Pessoas na Escola será realizada por meio de atividades que promovam a reflexão crítica, a aplicação prática dos conteúdos e a análise de experiências relacionadas à liderança, motivação e desenvolvimento de equipes no contexto educacional.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Estudo de caso prático, com análise de situações relacionadas à gestão de pessoas em instituições escolares;
- Fóruns avaliativos, com discussões temáticas sobre liderança, motivação e políticas públicas de gestão de pessoas;
- Produção de resumos críticos, mapas conceituais ou infográficos, relacionados às abordagens teóricas discutidas;
- Atividades práticas em grupo ou individuais, com simulações de planejamento estratégico de gestão de pessoas;
- Autoavaliação orientada, com foco no desenvolvimento de competências de liderança e trabalho colaborativo.

As atividades avaliativas serão realizadas de forma síncrona e assíncrona no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) e poderão contar com momentos presenciais, conforme o cronograma definido.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.
- LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- LUCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).
- LÜCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).
- LÜCK, Heloísa. *Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional*. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

Bibliografia complementar

- ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.
- BERGUE, Sandro T. *Gestão de Pessoas no Setor Público*. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.
- BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo: Atlas, 2008.
- SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.

- ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

DISCIPLINA 10: Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

Código:

Carga Horária Total: 40h

Carga Horária teórica:

20h

CH Prática:20h

Número de Créditos:

2 Obrigatória

CH a distância

32h

CH
Presencial

8h

Código pré-requisito: -

Curricularização da
extensão:

-

Nível: Especialização

obrigatória

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais versus princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

OBJETIVOS

- Compreender os conceitos e a importância dos projetos no ambiente escolar.
- Analisar diferentes tipologias de projetos e suas aplicações em políticas públicas educacionais.
- Aplicar técnicas tradicionais e ágeis na elaboração e execução de projetos escolares.
- Desenvolver planos auxiliares (comunicação, risco e responsabilidades) no planejamento de projetos.

- Avaliar a eficácia dos projetos utilizando ferramentas de medição e avaliação.
- Entender o papel do gestor escolar como coordenador de projetos e responsável pela execução e finalização das iniciativas.

PROGRAMA

- **Conceitos e Tipologia de Projetos Escolares:** Definição de projetos, tipos de projetos na educação, e relação com políticas públicas.
- **Estruturação de Projetos:** Passos para a elaboração de um projeto; alinhamento com os objetivos pedagógicos da escola; identificação de necessidades e oportunidades.
- **Técnicas de Elaboração e Avaliação de Projetos:** Abordagens tradicionais versus métodos ágeis de gerenciamento de projetos; ciclo de vida do projeto; métricas e indicadores de avaliação.
- **Metodologias Ágeis e Ferramentas de Gestão:** Introdução às metodologias ágeis (Scrum, Kanban) e sua aplicação na gestão de projetos educacionais; ferramentas para o gerenciamento ágil de projetos.
- **Planos Auxiliares para Projetos:** Desenvolvimento de planos auxiliares de comunicação, gerenciamento de riscos e responsabilidades no contexto escolar.
- **Aspectos Administrativos e Legais:** Considerações sobre os aspectos legais e administrativos na execução de projetos em escolas; gestão de recursos e prestação de contas.
- **O Papel do Gestor Escolar na Gestão de Projetos:** Competências e responsabilidades do gestor escolar como líder na implementação e execução de projetos; estratégias para assegurar o sucesso de um projeto.
- **Estudos de Casos Aplicados:** Análise de exemplos práticos de projetos em instituições de ensino, avaliação de resultados e propostas de melhoria.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola será realizada por meio de atividades que articulem a teoria com a prática da gestão de projetos educacionais, estimulando a autonomia, a criatividade e a aplicação de metodologias tradicionais e ágeis no ambiente escolar.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Elaboração de projeto escolar, utilizando técnicas tradicionais ou metodologias ágeis, com definição de escopo, objetivos, cronograma, plano de comunicação, riscos e responsabilidades;
- Estudo de caso aplicado, com análise crítica de projetos reais implementados em instituições de ensino;
- Fóruns avaliativos, com discussão sobre os desafios da gestão de projetos na escola pública, especialmente no que se refere à prestação de contas e gestão participativa;
- Apresentações orais ou em vídeo, simulando a defesa de um projeto para diferentes públicos (comunidade escolar, gestores, órgãos públicos);
- Reflexões escritas ou relatórios críticos, relacionando conceitos aprendidos com experiências ou contextos reais da prática escolar;
- Autoavaliação orientada, com foco no desenvolvimento de competências de planejamento, organização e liderança.

As atividades avaliativas serão realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) e nos momentos presenciais, conforme o cronograma, com devolutivas pedagógicas contínuas.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- CRUZ, Fábio. *Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos*. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.
- DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. *Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público*. Revista de Gestão e Projetos – GeP, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.
- MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. *Uma proposta de tipologia para projetos educacionais*. In: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. *Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação*. Revista de Gestão e Projetos, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.
- WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. *Projetos: planejamento, elaboração e análise*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar

- ARMANI, Domingos. *Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CONTADOR, Claudio Roberto. *Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- KISIL, Rosana. *Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
- PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). *Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software*. Porto Alegre: Bookman, 2014.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). *Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática*. São Paulo: Loyola, 1995.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

DISCIPLINA 11: Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

Código:

Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	30h	CH Prática: 10
Número de Créditos:	2 Obrigatória		
CH a distância	32h	CH Presencial	8h
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

OBJETIVOS

- Compreender os conceitos básicos de Direito Administrativo aplicados às organizações educacionais.
- Analisar as etapas dos processos administrativos, incluindo fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição.
- Estudar as diferentes configurações de parcerias e fomentos no setor educacional e seus impactos legais.
- Capacitar para a correta prestação de contas de recursos educacionais, atendendo às normas vigentes e assegurando a transparência na gestão pública.

PROGRAMA

- **Conceitos Básicos de Processos Administrativos no Setor Educacional:** Introdução ao Direito Administrativo e suas aplicações nas instituições educacionais. Natureza dos processos administrativos e suas implicações no ambiente educacional.
- **Responsabilização em Processos Administrativos:** Critérios e características da responsabilização em organizações educacionais; papel da gestão no cumprimento das normas administrativas e na prestação de contas.
- **Fomento e Parcerias na Educação:** Análise das diversas formas de fomento, parcerias e suas múltiplas configurações dentro das instituições educacionais; responsabilidades legais e administrativas.
- **Fases dos Processos Administrativos:** Instrução, defesa, julgamento e prescrição nos processos administrativos; como aplicar as fases em situações educacionais.
- **Técnicas e Normas para Prestação de Contas:** Padrões e exigências para a prestação de contas de recursos públicos no setor da educação; normativas específicas para a área educacional.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação será conduzida de forma contínua e formativa, com foco na compreensão crítica dos aspectos legais e administrativos aplicados à gestão educacional.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Análise de estudos de caso, com identificação das fases de um processo administrativo no contexto da educação pública;
- Atividades práticas de simulação, como a elaboração de peças processuais administrativas ou esboços de prestação de contas;
- Produção de sínteses críticas, com base nas normativas vigentes e nos manuais oficiais de prestação de contas e responsabilização;
- Fóruns de discussão avaliativos, abordando dilemas éticos e legais enfrentados na gestão de recursos públicos na educação;
- Reflexões orientadas, relacionando a teoria jurídica e administrativa com experiências ou contextos educacionais reais;
- Autoavaliação, considerando o desenvolvimento das competências relacionadas à legalidade, transparência e responsabilidade na gestão educacional.

As atividades ocorrerão no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) e/ou nos encontros presenciais programados, com acompanhamento contínuo e devolutivas pedagógicas qualificadas.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- BRASIL. *Manual de Processo Administrativo Disciplinar*. Brasília: CGU, 2016.
- CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. *Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública*. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- COSTA, José Armando da. *Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar*. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.
- BRAZ, Petrónio. *Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.
- CRETELLA JUNIOR, José. *Prática do Processo Administrativo*. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.
- GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. *Sindicância e processo Administrativo*. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo, Atlas, 2008.
- MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

Bibliografia complementar

- BRASIL. *Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar*. Brasília: CGU, 2016.
- BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Administrativo*. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.
- COSTA, Nelson Nery. *Processo Administrativo e suas Espécies*. Rio de Janeiro. Forense, 2003.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. *Processo Administrativo*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.
- SOUSA, Alice Ribeiro de. *Processo Administrativo do Concurso Público*. Leme- SP: Mizuno, 2012.

Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica
-----------------------------	---

DISCIPLINA 12: Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

Código:

Carga Horária Total: 20h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática:10h
Número de Créditos:	1	Obrigatória	
CH a distância	16h	CH Presencial	4h

Código pré-requisito: -

Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais. Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de

Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

OBJETIVOS

- Analisar o histórico das políticas educacionais no Brasil e as reformas do Estado no campo educacional.
- Compreender os marcos legais da educação no Brasil, com ênfase na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).
- Estudar os Planos Nacionais de Educação e sua implementação.
- Discutir a relação entre novas tecnologias e currículo na educação pública.
- Avaliar os sistemas nacionais e internacionais de avaliação educacional, como o PISA, e seus impactos no diagnóstico da qualidade da educação no Brasil.
- Investigar como a qualidade da educação pública contribui para o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais, considerando experiências internacionais.

PROGRAMA

- **Histórico da Educação no Brasil:** Evolução das políticas educacionais desde o período colonial até os dias atuais; principais marcos e mudanças nas diretrizes da educação pública.
- **Legislação Educacional Brasileira:** Estudo da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais; o papel da legislação na estruturação do sistema educacional brasileiro.
- **Planos Nacionais de Educação (PNE):** Análise do PNE 2001-2010 e PNE 2011-2020; metas e desafios para a educação pública; estratégias de implementação e acompanhamento.
- **Políticas Educacionais e Novas Tecnologias:** O impacto da globalização e das novas tecnologias na educação pública; integração das tecnologias ao currículo escolar.
- **Sistemas de Avaliação da Educação:** Estudo dos sistemas nacionais (SAEB, Prova Brasil, ENEM) e internacionais (PISA, OCDE) de avaliação da educação; análise dos indicadores e índices de qualidade educacional.
- **Qualidade da Educação Pública:** A educação pública como promotora de desenvolvimento e equidade social; estudo de experiências internacionais de melhoria da qualidade da educação.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronas ou assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação será realizada de forma processual e formativa, visando o desenvolvimento crítico dos(as) estudantes em relação às políticas públicas, aos marcos legais e aos sistemas de avaliação educacional.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Análise crítica de documentos legais e políticas públicas (CF/88, LDB, PNE, entre outros);
- Estudos dirigidos e fichamentos reflexivos de textos sobre avaliação educacional e legislação;
- Fóruns de discussão avaliativos, com problematizações sobre qualidade, equidade e desempenho da educação pública;
- Relatórios temáticos, com análise de indicadores e índices educacionais nacionais e internacionais;
- Produção de textos argumentativos ou artigos de opinião sobre o papel das políticas de avaliação na educação pública;
- Autoavaliação orientada, considerando o percurso formativo, a apropriação dos conteúdos e a participação ativa nas atividades da disciplina.

As atividades poderão ser desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) e/ou nos encontros presenciais definidos, com acompanhamento contínuo e devolutivas formativas qualificadas.

Fica a critério do professor da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos, de acordo com os objetivos de aprendizagem e a proposta pedagógica desenvolvida para a turma.

Bibliografia BÁSICA

- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União,

27 set. 1990. • BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional</i> . Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. • BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. <i>Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências</i> . Diário Oficial da União, 10 jan. 2001. • BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. <i>Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências</i> . Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. • BRASIL. <i>O Plano de Desenvolvimento da Educação</i> . Brasília: MEC, 2007. • OECD. <i>PISA 2018 Assessment and Analytical Framework</i> . Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: Link .	
Bibliografia complementar	
• PISA 2018 – <i>Matriz de Letramento em Leitura</i> – versão preliminar. Disponível em: Link. Acesso em: 24 mar. 2020. • BRASIL. [Constituição (1988)]. <i>Constituição da República Federativa do Brasil</i> . Brasília: Senado Federal, 2012. • BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. <i>Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências</i> . Diário Oficial da União, 27 set. 1990. • BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional</i> . Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. • BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. <i>Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências</i> . Diário Oficial da União, 10 jan. 2001.	
Coordenador de Curso	Coordenadoria Técnico-Pedagógica

DISCIPLINA 13: Trabalho de Conclusão de Curso II			
Código:			
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária teórica:	10h	CH Prática:30h
Número de Créditos:	2 Obrigatória		
CH a distância	32h	CH Presencial	8h
Código pré-requisito: -			
Curricularização da extensão:	-		
Nível: Especialização	obrigatória		
EMENTA			

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2) com base no projeto elaborado na disciplina de TCC I. Aplicação prática dos conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos ao longo do curso. Elaboração de um artigo científico original com foco em temas relevantes para gestão escolar. Apresentação e defesa do TCC perante uma banca examinadora.

OBJETIVOS

- Conduzir o desenvolvimento da pesquisa proposta no TCC I.
- Orientar na organização, sistematização, análise e interpretação dos dados coletados.
- Capacitar na elaboração de um artigo científico com rigor acadêmico.
- Promover o domínio das normas técnicas de formatação científica.
- Preparar o aluno para a apresentação e defesa pública do TCC, desenvolvendo habilidades de comunicação acadêmica.

PROGRAMA

Unidade 1 – Análise e Interpretação dos Dados

- Organização dos dados coletados.
- Técnicas de análise qualitativa (análise de conteúdo, análise documental, análise de discurso).
- Técnicas de análise quantitativa (tratamento estatístico básico, gráficos, tabelas e quadros).
- Construção da análise crítica e reflexiva dos dados à luz do referencial teórico.

Unidade 2 – Escrita do Artigo Científico (Produto Final)

- Estrutura do artigo científico (título, resumo, introdução, metodologia, resultados e discussão, considerações finais e referências).
- Coerência e coesão textual na redação científica.
- Adequação às normas da ABNT e/ou orientações institucionais.
- Revisão, refinamento e finalização do texto.

Unidade 3 – Preparação e Defesa do TCC

- Organização da apresentação: roteiro, elaboração de slides e recursos visuais.
- Técnicas de comunicação acadêmica: oratória, postura e clareza na defesa.
- Simulação de defesa: feedbacks, ajustes e aprimoramentos.
- Defesa pública do artigo científico perante banca avaliadora.

METODOLOGIA DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVE
- Discussão e socialização das vivências e estudos síncronos ou assíncronos.
- Autoestudo nos materiais didáticos: leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) será formativa, processual, contínua e qualitativa, considerando o desenvolvimento integral da proposta de pesquisa e do artigo científico, com base no projeto elaborado no TCC I.

Os métodos e instrumentos avaliativos poderão incluir:

- Entregas parciais do trabalho, como fichamentos de dados, análises preliminares e versões intermediárias do artigo;
- Participação ativa nas orientações individuais e coletivas, oficinas e demais atividades propostas;
- Produção do artigo científico final, com estrutura adequada e formatação conforme as normas institucionais vigentes;
- Apresentação e defesa pública do TCC, com uso de recursos didáticos e argumentação acadêmica, perante banca avaliadora;
- Autoavaliação orientada, considerando o engajamento, as competências desenvolvidas e a reflexão crítica sobre a própria trajetória investigativa.

As atividades serão desenvolvidas com interações síncronas e assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) e momentos presenciais previamente agendados.

Fica a critério do professor orientador da disciplina adotar, complementar ou substituir os métodos, recursos e instrumentos avaliativos aqui descritos respeitando os objetivos de aprendizagem e o percurso pedagógico de cada estudante.

Bibliografia BÁSICA

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas. 1999

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia científica. São Paulo. Atlas. 2003

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev.

atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia complementar

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2018.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

ANDRADE, Maria Margarida. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

Coordenador de Curso

**Coordenadoria Técnico-
Pedagógica**